

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - Reunião Solene da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Instalação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

2.2 - 1ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Posse dos Membros da Mesa da Assembléia Legislativa Eleitos para o Biênio 2005-2006

3 - ORDEM DO DIA

3.1 - Plenário

4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Mesa da Assembléia

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

\* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

\* Adelmo Carneiro Leão

Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)

\* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

\* Alencar da Silveira Jr.

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

\*Ana Maria Resende

André Quintão Silva (PT)

\*André Quintão

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

\* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

\* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PL)

\* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

\* Antônio Júlio

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

\* Arlen Santiago

Carlos Gomes Sampaio de Freitas (PT)

\* Carlos Gomes

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

\* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PL)

\* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

\* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

\* Dilzon Melo

Dimas Fabiano Toledo Junior (PP)

\* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PL)

\* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSDB)

\* Djalma Diniz

Domingos Sávio (PSDB)

\* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

\* Durval Ângelo

Edson Rezende Moraes (PT)

\* Edson Rezende

Elisa Maria Costa (PT)

\* Elisa Costa

Elmiro Alves do Nascimento (PFL)

\* Elmiro Nascimento

Ermano Batista Filho (PSDB)

\* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PTB)

\* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

\* Fahim Sawan

Francisco Rafael Gonçalves (PMDB)

\* Chico Rafael

Gabriel dos Santos Rocha (PT)

\* Biel Rocha

George Hilton dos Santos Cecilio (PL)

\* George Hilton

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

\* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

\* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PFL)

\* Gustavo Valadares

Gustavo de Faria Dias Correa (PFL)

\* Gustavo Correa

Irani Vieira Barbosa (PL)

\* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

\* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (PL)

\* Jayro Lessa

Jésus Mário de Almeida Lima (PT)

\* Jésus Lima

João Bittar Júnior (PL)

\* João Bittar

João Carlos Siqueira (PT)

\* Padre João

João Leite da Silva Neto (PSB)

\* João Leite

José Alves Viana (PFL)

\* Doutor Viana

José de Freitas Maia (PSDB)

\* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

\* José Henrique

José Miguel Martini (PSB)

\* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PSDB)

\* José Milton

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo (PT)

\* Laudelino Augusto

Leonardo Fernandes Moreira (PL)

\* Leonardo Moreira

Leonardo Lemos Barros Quintão (PMDB)

\* Leonardo Quintão

Leonídio Henrique Corrêa Bouças (PTB)

\* Leonídio Bouças

Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem (PTB)

\* Lúcia Pacífico

Luiz Fernando Ramos Faria (PP)

\* Luiz Fernando Faria

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

\* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Sávio de Souza Cruz (PMDB)

\* Sávio Souza Cruz

Márcio Almeida Passos (PL)

\* Márcio Passos

Márcio Luiz Murta Kangussu (PPS)

\* Márcio Kangussu

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

\* Cecília Ferramenta

Maria do Socorro Jô Moraes Vieira (PCdoB)

\* Jô Moraes

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

\* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

\* Maria Tereza Lara

Marlos Florêncio Fernandes (PPS)

\* Marlos Fernandes

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

\* Mauri Torres

Olinto Dias Godinho (PSDB)

\* Olinto Godinho

Paulo César de Freitas (PFL)

\* Paulo Cesar

Paulo Piau Nogueira (PP)

\* Paulo Piau

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)

\* Pinduca Ferreira

Rêmolo Aloise (PL)

\* Rêmolo Aloise

Ricardo Duarte (PT)

\* Ricardo Duarte

Roberto Francisco Ramos (PL)

\* Roberto Ramos

Roberto Vieira de Carvalho (PT)

\* Roberto Carvalho

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

\* Rogério Correia

Ronaldo João da Silva (PDT)

\* Doutor Ronaldo

Sebastião Costa da Silva (sem partido)

\* Sebastião Costa

Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PDT)

\* Sebastião Helvécio

Vanessa de Oliveira Dias (PSDB)

\* Vanessa Lucas

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

\* Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

\* Weliton Prado

Em 04/1/2005

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.



## ATA DA REUNIÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 15/2/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - Composição da Mesa - Registro de Presença - Destinação da Reunião - Execução do Hino Nacional - Declaração de Instalação - Leitura da Mensagem Governamental - Encerramento - Ordem do dia.

## Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Márcio Passos - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

## Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Danilo de Castro, Secretário de Governo, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Desembargador Márcio Antônio Abreu Corrêa de Marins, Presidente do Tribunal de Justiça; Deputado Ronaldo Vasconcellos, Vice-Prefeito de Belo Horizonte, representando o Prefeito, Fernando Pimentel; Conselheiro Eduardo Carone Costa, Presidente do Tribunal de Contas; Elaine Martins Parise, Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, representando o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior; Juiz Alvimar de Ávila, Presidente do Tribunal de Alçada; Prof. José Antônio dos Reis, Reitor da UEMG; Vereador Silvinho Rezende, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e o Deputado Antônio Andrade, 1º-Secretário desta Casa.

## Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário da Sra. Maria Celeste Morais Guimarães, Auditora-Geral do Estado; do Sr. Milton Lucas de Paula, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão - AMIRTE -; do ex-Deputado Hélio Resende; e da Sra. Maria Beatriz Castro, Vice-Prefeita de Patos de Minas.

## Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à instalação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura.

## Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

## Declaração de Instalação

O Sr. Presidente - Solicitamos aos presentes que se postem de pé para assistir ao ato solene de instalação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária desta legislatura.

O Sr. Presidente - Declaro instalada a 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura.

## Leitura da Mensagem Governamental

O Secretário Danilo de Castro - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Mauri Torres, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, dignas autoridades dos Poderes mineiros aqui presentes, senhoras e senhores: (-Lê:)

"Exmo. Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhores componentes da Mesa, em cumprimento à determinação da Constituição do Estado, encaminho a esta egrégia Assembléia Legislativa a mensagem relativa às nossas atividades do ano que se encerrou e aos programas em andamento.

O ano de 2004 consolidou, de forma definitiva, a trajetória estabelecida no plano de governo para a construção de um novo tempo para Minas Gerais. O choque de gestão e seu resultado mais expressivo, o equilíbrio das contas públicas, tornam possível o incremento dos investimentos imprescindíveis para o desenvolvimento social e econômico do Estado. O equilíbrio orçamentário e financeiro, alcançado no curto espaço de dois anos, edifica, como pilar fundamental, os anseios da sociedade de tornar Minas o melhor Estado para se viver.

A conquista do déficit zero, demonstrada com clareza irrefutável na análise das contas públicas presente nesta mensagem, comprova a solidez do nosso empenho para a construção do tempo da prosperidade para todos os mineiros. Não foi, contudo, um resultado fortuito. Vivemos, nestes dois anos, momentos que testaram nossa determinação e coragem. Para gastar menos e melhor, mais com o cidadão e menos com o Estado, o Estado pode e deve ser eficiente. Não aceitamos o axioma, generalizado pelo País, de que a ação do Estado é necessariamente cara, ineficiente, burocrática e, muitas vezes, autoritária. Aflige-nos o hospital que não funciona, a escola ruim, a polícia mal aparelhada, a burocracia que desanima o investidor e impede a geração de empregos e renda.

Daí a estratégia do choque de gestão como foco da nossa ação de curto prazo. Os executivos e os profissionais da área de gestão de muitas empresas modernas já se habituaram a estes conceitos de 'fazer mais e melhor com menos', de orientar as ações para resultados concretos, aplicados no dia-a-dia dos escritórios, no 'chão de fábrica' e nas relações com os consumidores. No setor público, entretanto, essa idéia não era disseminada. O choque de gestão inaugura no País um modelo de modernização gerencial orientado para resultados.

O equilíbrio das finanças públicas não é uma ação isolada. A formulação estratégica do Estado, definida em 2003, sustenta-se em duas premissas: a responsabilidade fiscal e a necessidade de uma agenda de desenvolvimento que justifique para a sociedade os ajustes iniciais de redução e racionalização das despesas, combinadas com a expansão das receitas. O momento, após dois anos de Governo, é de realização de um balanço do que foi realizado, em relação às propostas previstas no plano de governo Prosperidade: A Face Humana do Desenvolvimento e na lei que instituiu o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI.

Em janeiro de 2003, dentro da estratégia do choque de gestão, implementamos um conjunto de medidas de natureza legal e administrativa para aumentar a eficácia da máquina pública.

Assim, como é do conhecimento de todos, houve diminuição do número de secretarias, redução dos vencimentos do Governador e combate às fraudes por meio da centralização da folha de pagamentos, além de diminuição do preço de praticamente todos os produtos comprados, devido à utilização sistemática do pregão pela Internet e da cotação eletrônica de preços. Os leilões também serviram em larga escala para renegociar os débitos com os fornecedores de bens e serviços.

Crucial tem sido a queda do comprometimento da receita com a folha de pagamentos, para que o Estado cumpra os mandamentos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O Estado está enquadrado nos limites de gastos de pessoal e, no caso do Poder Executivo, reduzimos para 48,3% o comprometimento da receita corrente líquida com pagamento de pessoal. Isso se fez paralelamente a uma série, até então inédita, de ações de valorização do servidor público, entre elas a aprovação dos planos de carreira, a implantação da avaliação individual meritocrática, o pagamento no dia 10 de dezembro do 13º salário, o término da escala de vencimentos para o pagamento dos salários de janeiro de 2005 e a quitação de verbas retidas.

Em outra ponta, o choque de gestão significou elevar a arrecadação do Estado, sem punir a população. O crescimento real do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - em Minas tem sido superior à média nacional e ao registrado em outros grandes Estados brasileiros. A criatividade gerencial colocou em marcha programas para premiar os contribuintes que estão em dia com suas obrigações fiscais, para evitar a sonegação e incrementar a fiscalização.

O IPVA também foi superior ao de outros Estados, mesmo não tendo havido alteração na alíquota. O déficit zero, o choque de gestão e suas consequências positivas representam conquistas irrefutáveis de curto prazo. Sem equilíbrio financeiro não seria possível garantir a capacidade de investimento e a articulação do Estado. É em razão do equilíbrio financeiro que Minas está apta a receber recursos externos de organismos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e o Banco Mundial - BIRD. Podemos considerar 2004, mesmo com a severa restrição orçamentária, o ano da retomada dos investimentos em Minas Gerais, uma consequência do ano das mudanças de 2003, pois o Estado investiu R\$4.700.000.000,00 em 2004, considerando os resultados do orçamento fiscal e das empresas públicas.

As principais metas presentes no plano do Governo e no PMDI estão sendo realizadas. Na área de segurança, para sustentar o objetivo prioritário preconizado no PMDI de melhoria da segurança pública, foram feitos investimentos maciços. Com isso, a criminalidade violenta foi estabilizada, após longo período de crescimento nas décadas de 80 e 90. Uma das razões dessa conquista são as ações na área de prevenção social da criminalidade, como o programa Fica Vivo. O programa piloto, implantando no Morro das Pedras, diminuiu em 47% a taxa de homicídio no prazo de seis meses. Implantou-se o Sistema Integrado de Defesa Social - SIDS -, que permite o compartilhamento de informações por todos os órgãos de segurança pública, diminuindo o tempo de resposta ao cidadão. O SIDS deve ter sua expansão concluída em 2005. O Governo já construiu cinco penitenciárias, das quais duas foram entregues em 2004. Também foram entregues três presídios e reformadas duas penitenciárias, o que gerou a abertura de 1.900 vagas no sistema. Todos esses investimentos implicaram um aumento de 118% no número de vagas no sistema prisional em dois anos. Estamos em ritmo firme no propósito previsto no plano de Governo de construção de novas penitenciárias com vagas suficientes para eliminar o déficit do sistema.

Com o objetivo de alcançar maior efetividade nas ações operacionais numa mesma área de responsabilidade territorial, 24 áreas integradas de policiamento foram instaladas em Belo Horizonte, e 6 na Região Metropolitana. Vale ressaltar que o projeto visa à implantação de áreas integradas de policiamento em todos os municípios de Minas Gerais.

A polícia está mais bem equipada, com investimentos de R\$ 25.500.000,00 em novos veículos e treinamento de 1.200 policiais civis e militares. Houve também expressivo aumento do efetivo policial, com a contratação, em dois anos, de 4 mil novos policiais militares e civis.

Novas frações do Corpo de Bombeiros foram instaladas em Araxá, Itabira e São Lourenço, além de 8 unidades de resgate e 84 viaturas operacionais.

No que diz respeito à infra-estrutura de transportes e energia, o Governo investiu principalmente na recuperação e ampliação das rodovias e na universalização e elevação da produção de energia. Obras para recuperação de aproximadamente 2.500km estão em execução, e outros 1.300km serão recuperados em 2005.

Entre as estradas de acesso a Belo Horizonte, a MG-050 foi e será prioridade devido ao alto índice de acidentes. Outros corredores beneficiados são a BR-262, a BR-040 e a BR-381, que aguardam, conforme proposta pelo Governador do Estado, transferência da gestão do Governo Federal para o Estadual. Em todas as regiões, há também obras em curso para asfaltar e melhorar as rodovias, no maior programa destinado às estradas na história de Minas. A meta é garantir 100% de pavimentação das vias de acesso aos municípios. Recursos estão garantidos para asfaltar a ligação de 67 municípios. Já foram iniciadas 35 obras, sendo 3 concluídas.

Foram iniciadas as operações comerciais de aproveitamento hidrelétrico das usinas de Queimados, Pai Joaquim e da usina termelétrica de Barreiro, enquanto as de Irapé, Aimorés e Capim Branco 1 e 2 estão em fase de conclusão. Merece destaque ainda o Projeto de Oferta de Gás Natural, responsável por 242km de redes de distribuição, levando quase 2.000.000m<sup>3</sup> de gás por dia a 14 municípios. O mercado potencial de gás de Minas Gerais, 11.000.000m<sup>3</sup> por dia, justifica o acordo entre a GASMIG, CEMIG, PETROBRAS e GASPETRO, no valor de R\$1.400.000.000,00, objetivando ampliar a distribuição de gás natural canalizado em regiões importantes como Vale do Aço, Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Região Metropolitana de Belo Horizonte.

No que tange ao objetivo prioritário de melhoria e ampliação dos serviços públicos, a saúde continua a canalizar parte importante dos novos investimentos, com ênfase para a regionalização da assistência à saúde, a melhora da qualidade dos hospitais do SUS (R\$75.000.000,00 investidos) e R\$240.000.000,00 em fornecimento de remédios para a população. Belo Horizonte, Betim, Ipatinga já possuem o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. O Programa de Saúde em Casa, baseado na prevenção de doenças, alcançou, em 2004, 88% dos municípios mineiros com cobertura de 51% da população do Estado.

Os projetos desenvolvidos pela COPASA na área de saneamento básico proporcionam grande impacto na saúde pública pelas obras de tratamento de água e esgoto. Para as áreas de concessão da COPASA, já estão assegurados R\$2.100.000.000,00. Dos R\$476.000.000,00 de investimentos em obras de abastecimento e dos R\$576.000.000,00 em sistemas de tratamento e esgotamento sanitário viabilizados, em 2004, aplicaram-se R\$108.000.000,00 em abastecimento de água e R\$209.000.000,00 foram investidos em obras de esgotamento e tratamento, beneficiando mais de 250 mil pessoas com o fornecimento de água e ligando 124 mil novas residências à rede de esgoto.

Na área de educação, o Plano de Governo previa expressamente a incorporação do Ensino Fundamental com um período de nove anos de duração e a ampliação do Ensino Médio.

A decisão - pioneira em nível nacional - de ampliar para nove anos a duração do Ensino Fundamental permitiu que cerca de 191 mil crianças de até 6 anos de idade pudessem se matricular nas escolas públicas estaduais e municipais, em 2004. O Ensino Fundamental de nove anos alcança, atualmente, 73% dos municípios mineiros. O projeto Escola Viva, Comunidade Ativa foi implantado em 81 escolas de Belo Horizonte localizadas em áreas de risco social. As escolas passaram a funcionar nos finais de semana e houve incremento nas rondas da PM, de forma que o número de ocorrências registradas caiu 56%. Investimentos permitiram a instalação do Sistema Informatizado de Gestão Escolar em 691 escolas estaduais, 220 das quais passaram a acessar a Internet.

No Ensino Médio, Minas é vanguarda. O programa de universalização e melhoria do Ensino Médio está acolhendo milhares de adolescentes, com a criação de mais vagas. Em 2004, foram efetivadas 834 mil matrículas. Livro na Escola é o nome do programa que admitiu 1.800.000 livros didáticos de Português e Matemática para todas as séries das 1.600 escolas da rede estadual de Ensino Médio, fazendo de Minas o primeiro Estado a garantir livro didático neste nível de ensino.

Na área de meio ambiente, os principais resultados obtidos foram: criação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIAM -, formatação dos indicadores ambientais, zoneamento ecológico e econômico das Áreas de Proteção Ambiental do Estado, revisão da legislação ambiental do Estado além da implantação de 7 COPAMs regionais.

Com o projeto Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o Governo quer garantir a sustentabilidade das ações do homem e o desenvolvimento sustentável na área de abrangência do rio. Foi promovido o alinhamento do projeto com o plano federal de revitalização hidromineral da bacia do São Francisco, implementados os projetos-piloto de manejo em 22 municípios e elaborados 200 projetos de recuperação ambiental.

No que diz respeito à geração de empregos, o Governo atua por meio de iniciativas e incentivos às atividades que incluam jovens, mulheres e adultos disponíveis para o mercado de trabalho. Foram implantados três Centros Públicos de Programação do Trabalho - CPPTs -, e instalado parcialmente o Centro da Gameleira, em Belo Horizonte, onde já funciona um posto do Sistema Nacional de Emprego e de capacitação de 300 profissionais que atuam na área.

A discussão sobre a geração de empregos passa necessariamente pela capacitação profissional da população. Diante dessa realidade, o Governo criou o projeto Inclusão Digital, que prevê a implantação de centros vocacionais tecnológicos, unidades móveis, banco de dados social e informatização de centros comunitários e locais públicos, os telecentros. Até o final de 2004, já foram inaugurados 199 telecentros em parceria com o IDENE e 23 Centros vocacionais tecnológicos estão sendo implantados. Para 2005, o objetivo é quadruplicar a taxa de inclusão digital em todo o Estado.

Destacam-se ainda as atividades relacionadas ao objetivo prioritário de fomento inovador ao desenvolvimento econômico. Entre janeiro e dezembro de 2004, o BDMG realizou 5.006 operações de crédito, totalizando R\$792.000.000,00 em financiamentos aprovados. Esses projetos permitiram viabilizar R\$1.406.000.000,00 em investimentos e a criação de 14.584 postos de trabalho diretos nos mais diversos segmentos da economia mineira. Foram 4.620 clientes, localizados em 545 municípios, o que significa que, considerando-se apenas as operações aprovadas em 2004, o BDMG esteve presente em 64% dos municípios mineiros. Caso se considerem as localidades nas quais o BDMG possui contratos de crédito ativos até 31/12/2004, o Banco atua em 80% dos municípios.

Responsável pela operação do FUNDESE, Empresa Mineira competitiva, o Banco aprovou, em 2004, financiamentos no valor de R\$23.000.000,00 e possui em carteira, em processo de análise, projetos que, se aprovados, totalizarão outros R\$36.000.000,00.

Com o objetivo de valorizar e incentivar a vocação de certas regiões e assim contribuir para o fortalecimento da economia como um todo, elevar o valor agregado dos produtos, aumentar emprego e renda e diminuir desigualdades regionais, o Governo de Minas criou o projeto Arranjos Produtivos Locais. Em 2004, o Sul de Minas e a Região Metropolitana de Belo Horizonte receberam 101 novos empreendimentos, com geração de 12 mil empregos diretos e investimentos na ordem de R\$696.000.000,00. Zona da Mata e Triângulo Mineiro consolidaram 17 novos empreendimentos, investimentos diretos de R\$110.000.000,00 e o apoio de 141 empresas de microporte e pequeno porte.

Uma das principais obras do atual Governo para o desenvolvimento econômico é o centro de feiras e exposições EXPOMINAS. Quando concluído, contará mais de 42.000m<sup>2</sup> de área construída, com capacidade para receber 15 mil pessoas e estacionamento para 3 mil veículos.

No que tange à diminuição das desigualdades regionais, Minas Gerais prioriza a melhoria dos indicadores sociais da região Norte e dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. O Projeto Energia Elétrica para o Noroeste de Minas prevê a duplicação da capacidade de carga para a região, passando dos atuais 150MW para 300MW, o que aumentará a competitividade da promissora agricultura da região, que, muitas vezes, ainda utiliza o diesel como fonte energética.

O projeto Jaíba, que tem entre seus objetivos a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada no Norte de Minas, representará, quando concluído, um dos maiores perímetros irrigados do mundo e o maior da América Latina.

O projeto é o maior no setor de alimentos do Norte de Minas, com produção superior a 65.000t, movimentando mais de R\$17.000.000,00 de receita, entre pequenos produtores e empresários. Foi renovado o acordo de crédito com o Banco japonês da ordem de R\$30.000.000,00. Houve avanços na pesquisa e assistência técnica, assim como contratação de empresa para a construção da ponte no Município de Jaíba e a instalação de uma estação meteorológica.

Merecem destaque ainda os projetos de inclusão social Leite pela Vida, que atingiu 170 mil famílias em 270 municípios, e Cidadão Nota 10, que já alfabetizou 64 mil pessoas.

Diante da incapacidade do Estado de arcar com os custos inerentes à oferta dos serviços públicos necessários ao bom atendimento da sociedade, o Governo criou o projeto Parcerias Público-Privadas - PPP -, que tem como objetivo viabilizar contratos de longa maturação e de grande impacto econômico e social em conjunto com os empresários. Em 2004, houve a aprovação de leis estaduais de criação das parcerias, a viabilização de convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, no valor de US\$675.000,00 para a formatação dos projetos-piloto, a contratação e a capacitação de corpo técnico, e a realização de "workshops", seminários, cartilhas e "sites" sobre as parcerias.

Como está literalmente previsto no PMDI, recuperar o vigor político de Minas Gerais é condição indispensável ao reequilíbrio federativo em uma perspectiva de integração do País. O Governo de Minas estará presente nas discussões e decisões relativas às grandes questões e desafios nacionais e influenciará o País pelo exemplo de gestão pública.

Nesse sentido, estamos buscando a consolidação da liderança de Minas no contexto nacional, dedicando energia ao fortalecimento político deste Estado, que desde os tempos coloniais desempenha um papel preponderante na vida brasileira. Tem sido objetivo prioritário deste Governo fazer com que Minas volte a ser voz referencial nas questões nacionais, exemplo de ética, de responsabilidade e de competência administrativa; por um firme posicionamento em prol do reequilíbrio da Federação e pela promoção de um novo modelo de Estado.

Exemplo nessa direção é a nossa disposição em colaborar com o Governo Federal e o Congresso Nacional em busca de soluções para questões de interesse nacional e regional, acima de eventuais divergências partidárias, sempre em um diálogo conduzido com maturidade e independência.

Minas obteve também reconhecimento nacional como modelo de gestão pública, despertando o interesse de outras unidades da Federação e de importantes Capitais em conhecer a experiência e seus excelentes resultados.

Divido, com imensa alegria, este momento, estas conquistas históricas, com todos os mineiros. É uma divisão de mérito e de responsabilidade justa, pois trata-se de uma conquista fundamental ao presente e ao futuro de cada um de nós. Não é só uma vitória do Governo ou do Governador, mas sim a superação de um desafio coletivo por toda a sociedade do nosso Estado. Por isso, quero fazer também um reconhecimento aos governantes que me precederam, que, dentro das suas circunstâncias, buscaram fazer o melhor por Minas.

Estamos iniciando um novo ciclo movido pelo motor do desenvolvimento. Isso não significa que deixaremos o rigor fiscal e financeiro de lado ou que haja recursos sobrando. Pelo contrário. O rigor na gestão dos gastos públicos é conquista permanente e intocável nesta administração. Vai permanecer como um princípio básico e essencial do nosso Governo. Sem equilíbrio fiscal, não será possível conquistar a credibilidade e a confiança de quem quer investir. Sem investimentos, não há empregos, oportunidades e renda.

Em 2004 o crescimento de Minas Gerais foi mais vigoroso. Isso está se consolidando graças ao que foi semeado em 2003, com muito trabalho e austeridade administrativa. Alguns números detalhados na análise de conjuntura integrante desta mensagem se destacam. O PIB de Minas Gerais registrou, em 2004, expansão superior a 5%, em relação ao mesmo período de 2003. As exportações alcançaram o recorde histórico de R\$9.670.000.000,00, um incremento de 34,4%, que consolida Minas no segundo lugar do "ranking" nacional. A indústria mineira cresceu 10,38% em 2004. É a maior alta no faturamento do setor verificada em 11 anos, desde a adoção do Plano Real, em julho de 1994. Subiram as vendas do comércio varejista, bem como o nível de emprego e a média salarial.

Parabéns aos trabalhadores, servidores públicos, empresários e lideranças políticas, enfim, a toda a sociedade mineira responsável por esses resultados, que estão, certamente, fazendo história no Estado. Para 2005, o Governo de Minas reafirma sua disposição por resultados ainda mais positivos. Aécio Neves da Cunha, Governador do Estado de Minas Gerais."



O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 10 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a reunião ordinária também de hoje, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 15/2/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres e da Deputada Lúcia Pacífico

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Posse dos membros da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Márcio Passos - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

#### Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Lúcia Pacífico) - Às 10h2min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- A Deputada Jô Moraes, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se esta reunião à posse dos membros da Mesa da Assembléia Legislativa eleitos para o biênio 2005-2006, nos termos do § 3º do art. 8º do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 5.222, de 3/12/2004.

#### Posse dos Membros da Mesa

A Sra. Presidente - Convido o Deputado Mauri Torres a comparecer à Mesa. No exercício da atribuição que me confere o Regimento Interno, declaro empossado como Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Deputado Mauri Torres.

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Convido o Deputado Rêmoló Aloise a comparecer à Mesa. Declaro empossado como 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Deputado Rêmoló Aloise.

Convido o Deputado Rogério Correia a comparecer à Mesa. Declaro empossado como 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Deputado Rogério Correia.

Convido o Deputado Fábio Avelar a comparecer à Mesa. Declaro empossado como 3º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Deputado Fábio Avelar.

Convido o Deputado Antônio Andrade a comparecer à Mesa. Declaro empossado como 1º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Deputado Antônio Andrade.

Convido o Deputado Luiz Fernando Faria a comparecer à Mesa. Declaro empossado como 2º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Deputado Luiz Fernando Faria.

Convido o Deputado Elmiro Nascimento a comparecer à Mesa. Declaro empossado como 3º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Deputado Elmiro Nascimento.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Secretário de Governo, Deputado Federal Danilo de Castro; Exma. Elaine Martins Parise, Procuradora-Geral de Justiça Adjunta; Exmo. Presidente do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, Juiz Alvimar de Ávila.

Meus colegas Deputados e minhas queridas colegas Deputadas, quero fazer o mais sincero agradecimento pela confiança na recondução da nossa pessoa à honrada posição de Presidente desta Casa pela segunda vez e reafirmar a todas vocês o nosso compromisso com este parlamento. Aos prezados colegas Deputados também faço o mesmo registro de agradecimento, de todo coração, pela confiança depositada em nós, e reafirmo o nosso compromisso com este parlamento e com esta instituição.

Aos servidores desta Casa, do quadro permanente e do recrutamento amplo, o meu mais sincero agradecimento pela contribuição prestada ao longo de nossa gestão. Estejam todos certos de que contamos com vocês para assegurar o êxito dos nossos trabalhos neste próximo biênio. Meus companheiros de gabinete, meus familiares aqui presentes, senhoras e senhores. Assumo, neste momento, com orgulho e com o mesmo senso de alta responsabilidade pública, pela segunda vez, a Presidência do Legislativo Mineiro. Assim o faço por delegação da maioria dos meus pares, aos quais, mais uma vez, reafirmo a nossa disposição e diretriz permanente de dividir e compartilhar decisões e responsabilidades.

Detentor da honraria de permanecer, por mais dois anos, à frente desta Assembléia Legislativa, tenho o dever - mais que o dever, a obrigação política - de recusar terminantemente a idéia de qualquer perspectiva de conformismo ou acomodação. Ouso dizer - e peço licença a todos para isso - que qualquer outra análise de conjuntura seria razoável, exceto esta.

Nada há, senhoras e senhores, na pauta desta Casa que nos remeta à estagnação, à paralisia, à acomodação ou ao ciclo vencido da política pela política, da política sem o básico

compromisso de representação efetiva do conjunto dos cidadãos. Pelo contrário. Uma verdadeira revolução silenciosa está em curso no parlamento mineiro, tanto do ponto de vista de sua prática política e administrativa quanto do ponto de vista de sua essencialidade para o conjunto da sociedade mineira.

Todos sabem. Desde o início desta legislatura tínhamos a exata dimensão do enorme desafio a ser enfrentado. E também da importância daquele momento histórico. Nunca Minas, fragilizada e intranquila, precisou tanto de unidade e convergência. Nunca Minas precisou tanto do desprendimento e da competência dos seus líderes, da sua gente. Afinal, era preciso domar e reverter o maior déficit fiscal da história do Estado. Era preciso agir com firmeza e rigor administrativo para recuperar o crédito nacional e internacional.

Era urgente reorganizar o Estado, em especial as grandes áreas de serviços essenciais, para reagir ao imobilismo, à paralisia, ao caos.

Era fundamental demonstrar a determinação de Minas nesta direção para estancar a perda de investimentos, empresas e, principalmente, empregos, alavanca propulsora do processo de desenvolvimento.

Era, enfim, imprescindível enfrentar distorções que se vinham acumulando há décadas, agravando e paralisando a capacidade de intervenção, investimento e ação do poder público.

Em resumo, não havia outra opção a não ser fazer o que precisava ser feito. Há um velho ditado que diz que os desafios têm o exato tamanho dos homens que vão enfrentá-los. E o nosso era tão grande e tão grave que só poderia ser superado a partir de uma grande soma de esforços, como efetivamente aconteceu, acima das ideologias, dos partidos, dos interesses de grupos. Ou caminhávamos todos juntos na mesma direção ou não conseguiríamos chegar aonde queríamos. E caminhamos juntos: Executivo, Legislativo, Judiciário, forças produtivas, organizações não governamentais, instituições e lideranças dos mais diversos segmentos.

Do ponto de vista do parlamento, compreendemos perfeitamente o chamamento de Minas naquela hora grave. Dispusemo-nos a compor a mesma trincheira e estar à frente da mesma batalha. Cortamos gastos, economizamos, mudamos o modelo de gestão, ajustamos as prioridades e o orçamento à realidade financeira e aos duros tempos de crise. Não só instituímos a austeridade como princípio, mas o fizemos com o compromisso permanente de evolução da nossa própria prática político-administrativa. Por isso, abrimos nossas contas e ficamos mais transparentes. Por isso, abrimos nossas portas e ampliamos a participação da sociedade organizada. Por isso, incentivamos o debate, e soubemos acolher idéias, críticas, opiniões, diagnósticos, conhecimentos. Por isso, abrimos nossa agenda e voltamos às ruas, ao interior, para recuperar a tão necessária interlocução permanente com a nossa gente. Por isso, repito, avançamos muito mais do que poderíamos imaginar.

Ao lado de um governo com coragem para mudar, com compromisso público e com ousadia para inovar, examinamos, aperfeiçoamos e votamos a mais profunda reforma do Estado instituída no País. Com essa reforma, o Estado conseguiu eliminar um déficit da ordem de R\$2.400.000.000,00 acumulado progressivamente nos últimos dez anos. Com ela, estamos mudando o modelo de segurança pública, para enfrentar, em Minas, talvez a mais grave crise nacional no serviço público. Com ela, invertemos a lógica da saúde; modernizamos a legislação ambiental e aprovamos um conjunto expressivo de planos de carreira do funcionalismo público, uma demanda histórica da categoria que finalmente foi atendida e representa mais um marco de nossa gestão.

Fomos o primeiro Estado brasileiro a institucionalizar um novo modelo de parceria entre o poder público e a iniciativa privada. Modelo este que será, tenho certeza, responsável por grande parte dos investimentos futuros na infra-estrutura do Estado.

Praticamente renovamos todo o arcabouço legal no âmbito fiscal, sob o signo do programa Minas Ativa - Empresa Competitiva, que valoriza a adimplência, cria novos mecanismos para as empresas em dificuldades; permite troca de crédito de ICMS e apóia firmemente a microempresa e a pequena empresa. Ou seja, foram dois anos absolutamente produtivos e definidores, que lançaram as bases da construção coletiva de um novo tempo.

Mais do que rever princípios e modernizar a máquina pública, conseguimos, cada um fazendo a sua parte, criar um novo estilo de Governo, marcado pela confiança, pela credibilidade e pelo desejo de avançar.

Uma breve radiografia de Minas mostra que não foi por mera coincidência que todos os indicadores do Estado passaram a ser positivos, após um longo período negativo.

Depois de 14 anos, colhemos uma safra maior que a média nacional; o comércio cresceu mais que a média brasileira; a indústria mineira, em plena expansão, é a que mais emprega no País; conquistamos a melhor posição da década nas exportações e atraímos um número recorde de novos investimentos – mais de R\$50.000.000.000,00, que serão responsáveis pela geração de milhares de empregos para os mineiros de todas as regiões.

Ouso dizer, senhoras e senhores, que há muito tempo Minas não vive um momento tão especial; é um momento histórico, em que o Estado recupera sua pujança econômica, lidera o processo de inovação da gestão do Estado e confirma sua força política nacional.

Nesse novo posicionamento, precisamos manter a unidade e o rumo, para não só terminar as reformas que estão hoje em pleno curso, mas também dar ao País a nossa contribuição, a contribuição de Minas, para que encontremos o caminho da retomada efetiva do desenvolvimento nacional.

Aqui, ouso dizer que é urgente que os Estados - e Minas à frente - ampliem e aprofundem o diálogo com o Congresso Nacional, principalmente naqueles temas e matérias essenciais à governabilidade e ao princípio federativo, hoje tão fragilizado.

Na prática isso significa que podemos e devemos buscar novas formas para enfrentar velhos problemas e, quem sabe, passar a combatê-los pela raiz.

O que não é mais possível, senhoras e senhores, é tanto esforço conjunto para enxugar o chão da casa enquanto as torneiras permanecem abertas. É preciso, com coragem e, de novo, com alto senso de responsabilidade pública, ir ao ponto crucial do problema, enfrentar as causas centrais das dificuldades, para trabalhar a transformação que a sociedade nos pede, nos exige, nos cobra permanentemente.

É dessa forma, pensando o Brasil, em especial pensando o Brasil a partir de Minas, com os olhos de Minas, com o coração de Minas, com a história e os valores de Minas que conduziremos o parlamento.

Os nossos compromissos iniciais permanecem inalterados.

Contem com esta Casa, sempre orientada pelos princípios éticos, cada vez mais aberta, participativa, transparente, austera e eficiente.

Contem com esta Casa na luta pelas causas e bandeiras que possibilitam os avanços que devemos, todos, à sociedade que representamos.

Contem com esta Casa como espaço livre para o debate das idéias e o exercício permanente do contraditório.

Essa diversidade está plenamente representada na Mesa que assume este novo mandato e será confirmada a cada passo, a cada decisão, pelo desejo da maioria.

Estamos prontos para seguir em frente. Sabemos, cada um de nós, dos nossos deveres e das nossas responsabilidades. Não fugiremos a elas, em nenhum instante. O que demandar a sociedade, esta Casa saberá ouvir e trabalhará incansavelmente para cumprir o seu dever.

Dos mineiros, seremos voz e ação. Seremos articulação e entendimento. Seremos decisão e autoridade. Seremos tradição e avanço. Seremos diversidade. Seremos, como já estamos sendo, autêntica representação da nossa sociedade. Muito obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.



#### ORDEM DO DIA

Ordem do Dia da 2ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 16/2/2005

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.296, que institui a Política Mineira de Incentivo à Incubação de Empresas e Cooperativas. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.040/2005, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.198, de 21/5/2001, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.613/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Central de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.614/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Padre Paraíso o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de convocação

1ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rêmoló Aloise, Rogério Correia, Fábio Avelar, Antônio Andrade, Luiz Fernando Faria e Elmiro Nascimento, membros da Mesa da Assembléia, para a reunião a ser realizada em 16/2/2005, às 10 horas, no Salão Nobre.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 15 de fevereiro de 2005.

Mauri Torres, Presidente.



#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Altera a Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O § 3º do art. 2º e o § 2º do art. 3º da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - .....

§ 3º - O exercício do cargo a que se refere este artigo é limitado a dois anos, permitidas duas reconduções por igual período.

Art. 3º - .....

§ 2º - O exercício do cargo a que se refere este artigo é limitado a dois anos, permitidas duas reconduções por igual período."

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, de fevereiro de 2005.

Mesa da Assembléia

Justificação: As regras fixadas pela Resolução n.º 5.198, de 21 de maio de 2001, ainda em vigor, determinam que os ocupantes dos cargos de 2º grau na estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa tenham mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Essas normas estavam adequadas à vedação então existente na Constituição Estadual, em que se impedia que os membros da Mesa Diretora pudessem ser reeleitos para os mesmos cargos, na mesma legislatura. Dessa forma, criavam-se as condições para que os novos membros da Mesa Diretora que assumisse no 3º ano da legislatura pudessem dispor livremente sobre a ocupação dos cargos de Diretor-Geral e de Secretário-Geral da Mesa. Entretanto, com a possibilidade de reeleição de membros da Mesa Diretora, surgiu no ordenamento administrativo da Casa uma clara incoerência, que se manifesta na vedação da continuidade do exercício de cargos cujos ocupantes eventualmente tenham o respaldo e a confiança da Mesa Diretora reeleita. Assim sendo, o projeto ora apresentado visa sanar a incoerência apontada, possibilitando que os atuais ocupantes dos cargos de Diretor-Geral e Secretário-Geral da Mesa possam ser novamente reconduzidos aos seus cargos, se esse for o entendimento da Mesa. Ao se limitar a recondução a apenas mais um período, preserva-se a concepção original da Resolução n.º 5.198, de 2001, pois, ao final da Legislatura, será necessariamente eleita nova Mesa e nomeados novos ocupantes dos cargos administrativos.

- Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembléia para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 79, VIII, "a", do Regimento Interno.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 14/2/05, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Júnior

exonerando Jarbas Pereira de Castro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Adriana Ribeiro Barbosa de Paula para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado André Quintão

exonerando Samira Greco Andêre Nassar do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando Sergio Menezes de Jesus do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Hila Bernadete Silva Rodrigues para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Samira Greco Andêre Nassar para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Sergio Menezes de Jesus para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Gabinete do Deputado Laudelino Augusto

exonerando, a partir de 15/2/05, Andressa de Almeida Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Piau

nomeando Eduardo de Ávila para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Roberto Ramos

exonerando, a partir de 15/2/05, Adriane Monteiro Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Maria Dirce dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º da Resolução nº 5.198, de 21/5/2001, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/1989, assinou os seguintes atos:

exonerando Célio da Assunção Frois do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Flávio Luis Alves para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2003

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2003

Data de julgamento das propostas de técnica e preço: 15/2/2005.

Objeto: contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transmissão permanente de sinais de áudio e vídeo digital da TV Assembléia (Up-Link) para o satélite Brasilsat B3.

Classificação das licitantes: Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL: 86,76 pontos; VICOM Ltda.: 94,00 pontos; Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda.: 54,60 pontos; e Participações Mediacast Ltda.: 82,14 pontos.

Licitante vencedora: VICOM Ltda.: 94,00 pontos.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2005.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.